Review Article

O papel da educação sexual na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e da gravidez na adolescência: uma revisão bibliográfica
(The role of sex education in preventing sexually transmitted infections and teenage pregnancy: a literature review)

Conrado Almeida Santos[1], Daniel Silva[1], Danilo da Silva Bezerra[1], Júlio César Santos Carvalho[1,*], Kananda Ribeiro Jatobá[1], Larissa Maria Santiago Cruz Silva[1], Maria Luiza da Silva Soares[1], Tainá Santos Rios[1] and Vitória Emanuela Oliveira Soares[1]

Abstract

This study analyzes the literature on the role of sex education in preventing sexually transmitted infections (STIs) and teenage pregnancy. It seeks to highlight the importance of providing sex education before the onset of sexual activity and to raise awareness among adolescents, families, schools, and healthcare professionals. The study is based on a bibliographic review of scientific articles, institutional reports, and publications from recognized organizations such as the World Health Organization, the Ministry of Health, the School Health Program (PSE), and the Brazilian Public Security Yearbook, using a qualitative approach. The analysis addresses the importance of sex education for healthy adolescent development, factors that increase vulnerability to STIs and early pregnancy, and the shared responsibility of schools, families, and health services. It also considers social and cultural barriers to effective implementation of sex education in Brazil and highlights public policies promoting women's health and rights. The study concludes that, despite international recognition of its importance, stronger, continuous actions are still needed to promote comprehensive, respectful, and autonomy-oriented sex education for young people.

RESUMO

O estudo tem como objetivo analisar a produção bibliográfica sobre o papel da educação sexual na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e da gravidez na adolescência. Com base nesta análise pretende-se reconhecer a importância desta prática antes da vida sexual, além de fomentar a conscientização em jovens, responsáveis, profissionais de saúde e até ambientes escolares, com uma certa atenção à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). O método baseou-se em uma revisão bibliográfica de publicações, artigos científicos, relatórios institucionais e publicações de organizações reconhecidas como a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Ministério da Saúde, o Programa Saúde na Escola (PSE) e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, realizada a partir de uma abordagem de pesquisa qualitativa. Compreender a importância da educação sexual para o crescimento e amadurecimento saudável dos adolescentes, identificar os agentes determinantes da vulnerabilidade dos adolescentes às ISTs e à gravidez precoce, debater a responsabilidade da escola, da família e dos profissionais de saúde no fomento da educação sexual, ponderar a respeito dos obstáculos e estigmas que inibem a implementação satisfatória e bem-sucedida da educação sexual no Brasil e salientar Políticas públicas para retratar de maneira conscientizadora a relevância da promoção da saúde da mulher, retratando seus direitos e estigmas ainda enfrentados foram os temas encontrados na análise. Concluiu-se que apesar de instituições como a Organização Mundial da Saúde [1] reconhecer a importância da educação sexual para crianças e jovens ainda se faz necessário fomentar mais movimentos e casualidades que visem a promoção da saúde e o conhecimento de jovens a partir desse tema tratado, como, por exemplo, o Dia Mundial da Saúde Sexual onde visa reforçar a importância de compreender a sexualidade de forma ampla e saudável, valorizando o respeito, o autocuidado e a autonomia sobre o corpo e as próprias escolhas.

Keywords: sex education, STIs in adolescence, early pregnancy

[1] *Faculdade AGES, Jacobina-BA (Brazil)*

Júlio César Santos Carvalho (juliocsc1337@gmail.com)

Received: 19/09/2025 – Approved: 14/11/2025 – Published 29/12/2025

1 Introdução

A Organização Mundial da Saúde [2] reconhece a importância da educação sexual para crianças e jovens na aquisição de conhecimentos e habilidades que visam proteger a saúde juvenil, bem como desenvolver relações sociais e sexuais pautadas no respeito. Essa abordagem é essencial para a prevenção da gravidez na adolescência e das infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), que representam sérios desafios à saúde pública e ao bem-estar físico e emocional dos jovens. O Dia Mundial da Saúde Sexual, celebrado em 4 de setembro, surgiu justamente para reforçar a importância de compreender a sexualidade de forma ampla e saudável, valorizando o respeito, o autocuidado e a autonomia sobre o corpo e as próprias escolhas.

In [3] a gravidez na adolescência resulta no ingresso na vida adulta sem haver o preparo psicológico para assumir tais responsabilidades, com esse critério delimita-se a importância do entendimento acerca das ISTs e seus números recorrentes de acordo a dados da PrEP 15-19 Minas, projeto desenvolvido pela Faculdade de Medicina da UFMG, o projeto avalia o uso da Profilaxia Pré-exposição ao HIV (PrEP) nessa população-chave entre 15 e 19 anos – mostram que dos 214 participantes recrutados de 2019 a junho de 2021, 13,64% foram testados com sífilis, percentual maior que o encontrado na população geral da mesma idade. E ao analisar dados entre a população-chave de homens que fazem sexo com homens, a taxa identificada em Belo Horizonte se mostrou maior.

As infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), como HIV, sífilis, gonorreia, entre outras, representam importantes problemas de saúde pública. A gravidez precoce, por sua vez, gera impactos físicos e sociais relevantes, como evasão escolar e sobrecarga econômica. A falta de acesso à informação e a métodos contraceptivos adequados é um dos principais fatores que contribuem para esses desfechos. No Brasil, políticas públicas como o Programa Saúde na Escola (PSE) desempenham papel essencial ao incluir a educação sexual nas ações de promoção da saúde, prevenção das ISTs e incentivo à responsabilidade reprodutiva.

Segundo Aquino et al. [4], embora seja copiosamente dito no meio acadêmico que a melhor maneira de prevenir a exposição a situações de risco sexual é promover a educação sexual antes do início da vida sexual, esse entendimento raramente é incorporado de forma efetiva nas políticas públicas. No Brasil, apesar da introdução do tema como política oficial do Governo Federal, sua implementação permanece aquém do esperado, uma vez que está condicionada às atuações das esferas estaduais e municipais. A educação sexual, quando trabalhada de forma ampla, contínua e contextualizada, constitui uma ferramenta fundamental na prevenção desses agravos. Ela promove o desenvolvimento de valores, atitudes e conhecimentos que contribuem para o exercício responsável e seguro da sexualidade. Assim, torna-se essencial compreender o papel da educação sexual na formação de adolescentes e na redução de vulnerabilidades.

A educação sexual, quando trabalhada de forma responsável e embasada em informações científicas, contribui significativamente para a promoção da saúde e para a formação de adolescentes mais conscientes e responsáveis em relação à própria sexualidade. Diante desse cenário, torna-se relevante discutir o papel da educação sexual como ferramenta essencial para a prevenção das ISTs e da gravidez na adolescência, reforçando a importância de políticas públicas e ações educativas que garantam aos jovens o direito à informação e ao exercício responsável da sexualidade.

1.1 Referencial teórico

De acordo as Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde [5] um material disponibilizado pelo próprio Ministério da Saúde possibilitou retratar um dos avanços principais em relação à sexualidade e reprodução, trazidos pela IV Conferência Internacional sobre a Mulher, realizada em Pequim em 1995, onde foi possível definir como diretriz a "prevenção das restrições de direito que favorecem a vulnerabilidade das pessoas". Tais marcos são bastante significativos para uma mudança radical de maneira benéfica para a sociedade atual, contudo, essa conscientização acerca dos direitos e a informação para a cunho de conhecimento apresenta-se de forma precária,

onde se torna imprescindível ao nível de estudo e análise para o entendimento desta concepção para os determinados graus sociais, desde jovens e responsáveis até mesmo o papel de profissionais da saúde nessa intervenção.

A perspectiva social de gênero perpassando as discussões a respeito da saúde dos jovens é um dos eixos estruturantes dessas publicações, tal fator é reforçado de acordo a Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto de Ciências Básicas da Saúde [6], onde retrata que "a gravidez na adolescência é um assunto que preocupa profissionais da saúde, pais, educadores e toda a sociedade. No Brasil, o tema tem sido considerado um problema de saúde pública e ações educativas podem ser utilizadas como ferramenta informativa para a conscientização dos adolescentes. Porém, muitas vezes, os docentes possuem dificuldade em abordar o tema, discutindo-o de forma superficial, com pouca abertura para questionamentos, uma vez que para muitos professores o assunto ainda é um tabu, resultando numa abordagem limitada e consequentemente superficial."

Além disso, números alarmantes são tidos de acordo com a estimativa do Ministério da Saúde a partir do censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Brasil há 38.283.299 adolescentes na faixa etária de 10 a 19 anos. A fecundidade em adolescentes na faixa etária de 15 a 19 anos vem aumentando, em 1990 em cada grupo de mil adolescentes 80 deles tinham 1 filho e já no ano de 2000 para cada mil, 90 tinham um filho [7].

A educação sexual é reconhecida como parte essencial da formação de crianças e adolescentes. Conforme destaca o Ministério da Saúde, "a educação sexual é hoje pauta indispensável quando pensamos na formação de crianças, adolescentes e jovens para o mundo. É por meio dela que podemos, desde cedo, nos informar e aprender a tomar as melhores decisões por nós mesmas e nós mesmos, aprender a entender o que são relacionamentos saudáveis, pensar criticamente sobre o mundo e praticar o amor-próprio" [8].

Com isso as considerações apontadas pela literatura podem servir como ponto de partida para o desenvolvimento de estudos específicos sobre diferentes segmentos na abordagem educativa, a formulação de políticas de saúde voltadas para a educação sexual e o desenvolvimento de ações de saúde em geral. Como base nessa premissa, surge a necessidade de investigar-se qual é o estado da produção científica do campo da saúde pública para que se possa fundamentar uma abordagem específica para a saúde integral dos jovens na prevenção contra infecções sexualmente transmissíveis (ISTs).

1.2 Objetivo geral

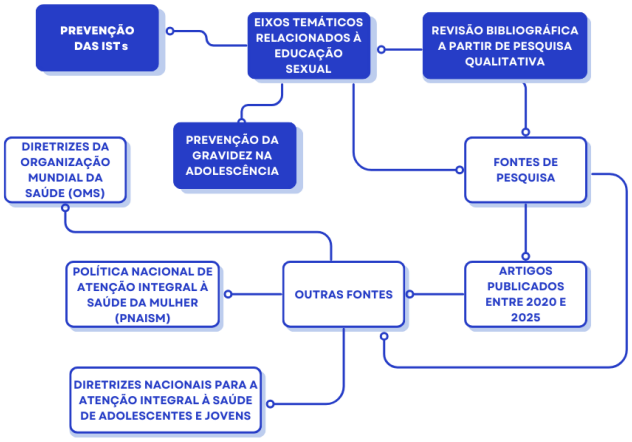
Este estudo tem como finalidade analisar a importância da educação sexual como estratégia de promoção da saúde, prevenção das infecções sexualmente transmissíveis e da gravidez na adolescência.

1.2.1. Objetivo específico. Caracterizar os determinantes individuais, sociais e comportamentais associados à vulnerabilidade dos adolescentes frente às ISTs e à gestação não planejada.

Identificar barreiras estruturais, socioculturais e institucionais que limitam a adesão, execução e impacto das ações de educação sexual no contexto escolar e comunitário.

Mapear as metodologias educativas, diretrizes pedagógicas e instrumentos de intervenção utilizados em programas formais e informais de educação sexual.

2 Metodologia



2.1 Enquadramento metodológico

Há inúmeros caminhos para refletir-se sobre a produção de um conhecimento de uma área. Neste estudo, a opção foi por uma revisão bibliográfica, realizada a partir de uma abordagem de pesquisa qualitativa, interpretando os sentidos das ideias centrais dos achados.

Em termos de tipo de fonte de pesquisa, trabalhou-se com artigo científico publicado em periódicos da saúde pública. Essa modalidade de produção, além de ser comumente a mais valorizada no conjunto da produção bibliográfica, é a mais facilmente acessada. Considerar-se apenas essa seção consistiria num limite do estudo, ou seja, também foi se utilizado de outras fontes secundárias com publicações entre os anos 2020 e 2025, através de relatórios institucionais, publicações de organizações reconhecidas, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Ministério da Saúde, o Programa Saúde na Escola (PSE), Anuário Brasileiro de Segurança Pública, Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher [4], Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde uma vez que artigos pertencentes ao tema em questão poderiam abordar outras temáticas e ênfases importantes, no entanto, em princípio, no interior desses artigos, necessariamente, poderia não haver uma discussão voltada para a saúde pública, uma vez que não integram a seção específica dessa área.

A técnica contribui para a descoberta dos conteúdos manifestos ao permitir uma análise aprofundada dos discursos e práticas relacionados à prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Ao examinar a distância entre o que é amplamente reconhecido pela comunidade científica — a importância da educação sexual precoce — e o que de fato é implementado nas políticas públicas, torna-se possível identificar como as ações preventivas em relação às ISTs são frequentemente limitadas por tabus culturais, morais e políticos.

Em síntese, o processo analítico desenvolveu-se em etapas sistemáticas que visaram à construção de uma compreensão ampla e fundamentada sobre a temática da educação sexual e da prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Inicialmente, foi realizada uma leitura exaustiva dos materiais selecionados, incluindo artigos científicos, relatórios institucionais e documentos normativos com o objetivo de apreender as abordagens e perspectivas adotadas por cada fonte. Em seguida, identificaram-se as ideias centrais pre-

sentes nas publicações, as quais foram organizadas em núcleos de sentido e posteriormente comparadas entre si.

Esses núcleos foram agrupados em eixos temáticos mais amplos, alinhados às orientações de órgãos como a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Ministério da Saúde e o Programa Saúde na Escola (PSE), que reforçam a importância da educação sexual integral como estratégia de promoção da saúde e prevenção das ISTs. Além disso, foram considerados os princípios estabelecidos pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher [4] e pelas Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens, que enfatizam a necessidade de ações intersetoriais voltadas à proteção e ao cuidado integral.

Por fim, as sínteses interpretativas resultantes permitiram estabelecer um diálogo entre as temáticas identificadas e a literatura científica, bem como com dados epidemiológicos provenientes de fontes como o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, Faculdade de Medicina da UFMG e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS) contribuindo para contextualizar os desafios e avanços na implementação de políticas públicas de prevenção e educação em saúde sexual.

2.2 Caracterização das fontes de análise

As fontes utilizadas neste estudo contemplam uma abordagem interdisciplinar e intersetorial voltada à promoção da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes, com foco na prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e da gravidez precoce. Foram selecionados documentos oficiais, artigos científicos e relatórios institucionais que, em conjunto, oferecem um panorama abrangente sobre as políticas públicas e as evidências científicas relacionadas à temática.

Entre as principais referências, destaca-se o documento da Organização Mundial da Saúde [9], que apresenta orientações internacionais sobre educação sexual abrangente, enfatizando sua relevância na redução de comportamentos de risco e na promoção da saúde integral de adolescentes e jovens. No contexto nacional, o Ministério da Saúde [9], por meio das Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens, reforça a importância da intersetorialidade e da educação em saúde como estratégias fundamentais para o enfrentamento das vulnerabilidades que afetam esse grupo etário, incluindo a prevenção das ISTs e da gravidez na adolescência.

Complementarmente, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher [4] incorpora a perspectiva de gênero e dos direitos sexuais e reprodutivos, abordando as desigualdades estruturais que impactam diretamente a vulnerabilidade feminina, especialmente entre adolescentes. O Programa Saúde na Escola (PSE), em seu ciclo 2025–2026, conforme divulgado pelo portal Fortalece PSE [6], reafirma a saúde sexual e reprodutiva como tema prioritário, reconhecendo a escola como espaço estratégico de prevenção e promoção da saúde.

Os artigos científicos de Cherobini et al. [10] e Silva et al. [11] contribuem com uma análise atualizada sobre a efetividade das práticas educativas e os desafios enfrentados na prevenção das ISTs e na abordagem da gravidez na adolescência, evidenciando a necessidade de capacitação docente e de políticas públicas mais efetivas. O estudo clássico de Aquino et al. [4], por sua vez, revela a lacuna existente entre o discurso acadêmico e a aplicação prática das políticas públicas voltadas à educação sexual, o que reforça a pertinência de revisitar tais políticas sob uma perspectiva crítica e integradora.

Por fim, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública foi consultado como fonte de dados quantitativos, possibilitando relacionar os indicadores de violência sexual e vulnerabilidade social com as estatísticas de saúde reprodutiva, o que contribui para uma compreensão mais ampla e contextualizada das condições que permeiam a sexualidade na adolescência. Dessa forma, o conjunto dessas fontes fornece um arcabouço teórico e empírico sólido, sustentando a análise sobre as práticas de educação preventiva em saúde sexual no Brasil.

3 Resultados e discussão

A leitura e análise dos estudos selecionados possibilita assegurar que a educação sexual, quando trabalhada de maneira constante e mediante a articulação entre escola, família e serviços de saúde, se estabelece como um elemento fundamental de proteção contra as ISTs e a gravidez na adolescência. A literatura também indica que a falta ou fragilidade dessas ações educativas agravam as vulnerabilidades estruturais, especialmente aquelas relacionadas a fatores sociais e de gênero.

3.1 A educação sexual como ferramenta de formação e amadurecimento na adolescência

A análise qualitativa dos conteúdos dos artigos foi realizada a partir de uma concepção da técnica de análise de conteúdo, por Aquino et al. [4], onde diz que embora seja copiosamente dito no meio acadêmico que a melhor maneira de prevenir a exposição a situações de risco sexual é promover a educação sexual antes do início da vida sexual, esse entendimento raramente é incorporado de forma efetiva nas políticas públicas. Esse autor então evidencia uma contradição significativa entre o discurso acadêmico e a prática política.

Diversos estudos revelam que adolescentes ainda têm déficits significativos na compreensão sobre ISTs e suas formas de transmissão, bem como métodos contraceptivos e males decorrentes da gravidez precoce. Em pesquisas realizadas com estudantes do ensino médio, por exemplo, observou-se que a grande maioria dos adolescentes apresentam dificuldades em diferenciar ISTs virais e bacterianas, manifestam muitas dúvidas sobre sinais clínicos e minimizam o risco de infecção em relações desprotegidas com parceiros "conhecidos". Essas lacunas evidenciam que a educação sexual não deve se limitar somente à distribuição de conhecimentos anatômicos, reprodutivos e informações teórico-biológicas sobre ISTs.

Ainda que essas informações sejam importantes, elas precisam ser acompanhadas de estratégias que valorizem o desenvolvimento de habilidades que permitam os adolescentes se proteger na prática. Entre essas habilidades destacam-se a capacidade de tomar decisões com conhecimento suficiente para agir com segurança e responsabilidade, avaliar riscos, negociar o uso de preservativos com o parceiro, impor limites e verbalizar desconfortos, manter rotinas de autocuidado e procurar os serviços de saúde para orientação e prevenção. Em razão disso, diversos autores argumentam que os programas educativos carecem incorporar tais habilidades, pois elas se tornam fundamentais na vivência real da sexualidade. Dessa forma, a educação sexual torna-se mais adequada e eficaz, preparando os adolescentes não apenas para conhecerem o corpo humano, mas para agirem de forma consciente em seu cotidiano.

Simultaneamente, as produções acadêmicas revisadas mostram que adolescentes inseridos em atividades pedagógicas de educação sexual tendem a ter maior nível de conhecimento acerca do tema, maior adesão de preservativos e contraceptivos, reconhecem comportamentos abusivos ou violentos mais facilmente, além de perceberem que são afetados de formas diferentes pelas desigualdades de gênero. Nesse contexto, ações escolares bem sistematizadas têm potencial para retardar o início da vida sexual, diminuir a quantidade de parceiros, fortalecer e expandir o uso de preservativos e ajudar na redução dos casos de gravidez indesejada e ISTs.

Os resultados também sugerem que a educação sexual proporciona o amadurecimento emocional, social e psicológico dos adolescentes ao criar ambientes seguros e confiáveis para falar de assuntos que ainda são tabus. A abordagem baseada em diálogo, onde o adolescente tem voz, participa, opina e questiona, aparece como estratégia mais efetiva do que ações isoladas, moralistas ou que se resumem apenas a aulas expositivas. Quando o adolescente compreende que detém direitos, como o direito ao próprio corpo, ao consentimento e à informação, ele passa a observa-se como alguém que pode fazer escolhas, planejar seu futuro e avaliar melhor os riscos envolvidos nas relações. Essa percepção consolida sua autonomia e estimula uma vivência mais cuidadosa, ciente e com menos culpa.

Vale destacar que a literatura revisada concorda em mais uma questão: a educação sexual não incentiva a atividade sexual precoce, de maneira oposta ao que parte do senso comum ainda acredita e argumenta.

Documentos oficiais do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, frisam que a educação sexual é uma estratégia de cuidados e proteção à saúde, e não de estímulo à prática sexual. Ressalta-se a importância desse ponto, pois o medo de "estimular" a sexualidade muitas vezes é utilizado como pretexto para reprimir debates cruciais no ambiente familiar e escolar.

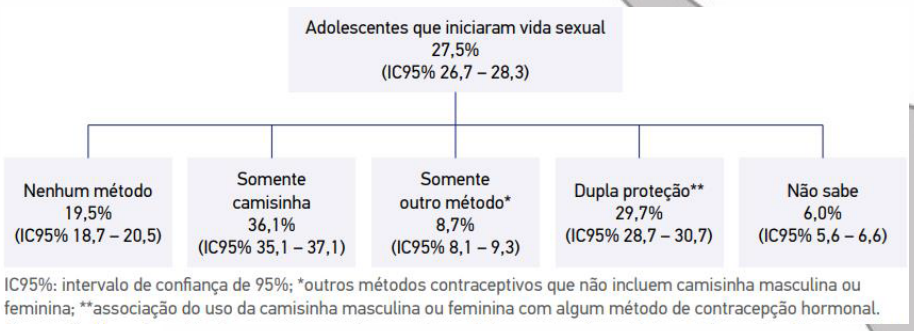


Figure 1: Uso de métodos contraceptivos entre adolescentes Brasileiros. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2015

3.2 Fatores de vulnerabilidade às ISTs e à gravidez precoce

Os determinantes de vulnerabilidade relacionados à gravidez na adolescência abrangem fatores individuais, familiares, sociais e estruturais que influenciam o comportamento e as oportunidades de cuidado. Estudos apontam que o início precoce da atividade sexual, a baixa escolaridade, o uso inadequado de métodos contraceptivos, a convivência com o parceiro e antecedentes familiares de gravidez não planejada estão associados ao aumento do risco reprodutivo entre adolescentes [12, 13]. Esses elementos evidenciam que a vulnerabilidade não se restringe a escolhas individuais, mas envolve um conjunto de condições que moldam as possibilidades de prevenção.

As pesquisas populacionais e análises espaciais ressaltam que municípios com menor renda, piores indicadores socioeconômicos e fragilidades na cobertura da atenção básica apresentam maiores taxas de gestação na adolescência [14, 15]. Tal cenário dialoga diretamente com o conceito de Determinantes Sociais da Saúde, evidenciando que a gravidez precoce reflete desigualdades estruturais, como pobreza, desigualdade de gênero, racismo e ausência de políticas públicas consistentes. Assim, compreender o fenômeno exige olhar para além da dimensão individual, reconhecendo as vulnerabilidades sociais que condicionam o acesso à informação, aos métodos contraceptivos e aos serviços de saúde.

Diversos estudos também apontam que adolescentes enfrentam barreiras significativas nos serviços de saúde, como moralismos, julgamentos, falta de privacidade, horários incompatíveis e exigência da presença de responsáveis, o que dificulta o acesso ao cuidado e à informação qualificada [9, 16]. Nesse contexto, muitos jovens recorrem predominantemente a pares e à internet como fonte de informação, o que nem sempre garante conteúdos confiáveis e pode aumentar o risco de práticas inseguras. Além disso, desigualdades de gênero persistem como importante fator de vulnerabilidade: meninas, especialmente negras e residentes de territórios periféricos, enfrentam maior dificuldade para negociar o uso de preservativos, tendem a assumir sozinhas a responsabilidade contraceptiva e, em alguns contextos, convivem com a naturalização da maternidade precoce [17, 18].

3.3 A corresponsabilidade de escola, família e profissionais de saúde

A educação sexual, quando estruturada de forma contínua, contextualizada e baseada em evidências, constitui uma das estratégias mais efetivas para a promoção da saúde e prevenção de riscos entre adolescentes. Segundo

a Organização Mundial da Saúde, programas de educação sexual abrangentes favorecem o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que fortalecem a autonomia dos jovens e incentivam escolhas seguras [2]. Esse tipo de formação também promove espaços de diálogo que contribuem para relações mais saudáveis e respeitosas.

Ao considerar o início precoce da vida sexual e os desafios associados a essa fase, torna-se fundamental compreender os fatores que influenciam a vulnerabilidade às infecções sexualmente transmissíveis e à gravidez não planejada. Pesquisas apontam que aspectos sociais, emocionais e culturais impactam diretamente as práticas preventivas e o comportamento sexual dos adolescentes [16]. Assim, intervenções educativas efetivas devem ir além da transmissão de informações biológicas e considerar o contexto de vida, as relações e os fatores psicossociais que moldam as decisões dos jovens.

A corresponsabilidade entre escola, família e profissionais de saúde desempenha um papel essencial na proteção integral dos adolescentes. As Diretrizes Nacionais para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens destacam que a atuação conjunta desses setores potencializa o suporte educativo e fortalece o acesso a orientações qualificadas [9]. Quando essa integração ocorre, a educação sexual se torna mais consistente e eficaz, contribuindo para a redução de vulnerabilidades e para a construção de trajetórias de vida mais saudáveis.

3.4 Metodologias, diretrizes e ferramentas utilizadas na educação sexual: avanços, limites e permanências

As abordagens sobre educação sexual, especialmente no Brasil, sofreram mudanças significativas do decorrer dos últimos anos, sobretudo no tocante a forma como os conteúdos são passados para a juventude. As mais tradicionais, ainda vigentes em uma parcela das instituições, estruturavam-se quase que hegemonicamente em caráter apenas expositivo, centradas na descrição dos aspectos biológicos e reprodutivos. Essas práticas se resumiam a uma palestra ocasional, sem um planejamento regular, fora da rotina pedagógica e pouco aprofundada, caracterizando-se principalmente pela figura de um profissional transmissor de informações, negligenciando o debate ou construção conjunta do conhecimento.

Em contraponto, os documentos oficiais e diretrizes educacionais atuais defendem que a educação sexual deve ser planejada, ter objetivos claros e conteúdos bem definidos, trabalhados de maneira contínua e progressiva ao longo do ano, possibilitando aprofundamentos ao passo que a maturidade dos estudantes se desenvolve. Ademais, debate-se a necessidade de articulação entre a temática, componentes curriculares e o trabalho conjunto entre diferentes setores públicos e sociais, a fim de ampliar o impacto das políticas. Dessa forma, a educação sexual é compreendida como um saber permanente na formação dos estudantes, fundamental ao desenvolvimento integral. Essa proposta se baseia em orientações oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais e documentos internacionais, que sugerem organizar a educação sexual de forma gradual, conforme a idade dos estudantes. A ideia é que escolas e serviços de saúde planejem suas ações com objetivos claros e trabalhados de maneira conjunta. Nesse modelo, o ensino é estruturado em projetos que possuem sequência definida de atividades, formas de acompanhamento e possibilidade de adaptação às características de cada turma e de cada contexto educativo.

As metodologias mais atuais se destacam por trazerem formatos variados e mais cuidadosos com o processo de aprendizagem. Em oposição a estratégias que se concentram unicamente em palestras ou explicações monótonas e pouco lúdicas, essa abordagem aposta em maneiras mais claras e organizadas de trabalhar os conteúdos, como oficinas planejadas, atividades com roteiro, sequências de aulas conectadas ao que já é estudado e materiais visuais que ajudam na compreensão. A ideia é que o aprendizado aconteça aos poucos, em etapas que permitam retomar o que já foi visto, apresentar novos assuntos com tranquilidade e fortalecer o que foi aprendido.

Os instrumentos de apoio empregados nessas práticas incluem cartilhas com linguagem acessível, materiais informativos elaborados por órgãos oficiais, jogos educativos voltados para a compreensão de conceitos básicos, recursos audiovisuais desenvolvidos para uso escolar, vídeos institucionais, aplicativos informativos

e roteiros de atividades que orientam o trabalho de professores e profissionais de saúde. Esses materiais servem para deixar as informações mais organizadas, ajudar no planejamento das atividades e garantir que os conteúdos mais importantes sejam trabalhados de forma clara e uniforme.

Apesar da existência de referenciais e instrumentos amplamente disponíveis, a implementação dessas metodologias enfrenta limitações. A falta de formação continuada das equipes, a inexistência de planejamento institucional e a descontinuidade de políticas públicas dificultam a consolidação de práticas sistemáticas. Em muitos espaços, atividades permanecem concentradas em ações isoladas, realizadas sem integração curricular ou articulação com os serviços de saúde. Além disso, fatores administrativos e organizacionais contribuem para que métodos mais elaborados e contínuos não sejam plenamente incorporados às rotinas escolares e assistenciais.

Dessa forma, percebe-se que as metodologias mais atuais representam um avanço importante, porque apresentam uma organização mais clara, oferecem materiais melhor estruturados e disponibilizam recursos que facilitam o trabalho de quem ensina. Porém, para que essas práticas realmente façam parte do dia a dia das escolas e dos serviços de saúde, é necessário que existam condições institucionais favoráveis. Isso inclui ter tempo na rotina para planejar, materiais suficientes, apoio da gestão e profissionais preparados para utilizar esses recursos. Sem esse suporte, muitas dessas metodologias acabam ficando apenas no papel, mesmo sendo mais completas e eficientes do que as abordagens tradicionais.

4 Conclusão

A educação sexual, quando estruturada de forma contínua, contextualizada e baseada em evidências, constitui uma das estratégias mais efetivas para a prevenção das infecções sexualmente transmissíveis e da gravidez na adolescência. Os estudos analisados demonstram que programas de Educação Sexual Integral (ESI) promovem aumento significativo no conhecimento sobre sexualidade, fortalecem habilidades de tomada de decisão, ampliam a percepção de risco e favorecem práticas sexuais mais seguras, como o uso consistente de preservativos e a busca por serviços de saúde.

Observa-se que intervenções pontuais ou restritas à abordagem biológica são insuficientes para modificar comportamentos de risco entre adolescentes. A literatura recente reforça que resultados mais expressivos ocorrem quando a escola, a família e os serviços de saúde atuam de forma articulada, garantindo acesso a informações confiáveis, acolhimento, confidencialidade e suporte à autonomia juvenil. Nesse sentido, a participação ativa de profissionais de saúde, sobretudo da enfermagem, é fundamental para orientar, acolher e promover ações educativas alinhadas às diretrizes nacionais e internacionais.

Conclui-se que investir em educação sexual não apenas reduz a vulnerabilidade dos adolescentes às ISTs e à gravidez precoce, mas também contribui para o desenvolvimento integral, para a promoção da saúde e para a redução de desigualdades sociais. Assim, recomenda-se a implementação de políticas públicas que assegurem a presença da ESI nas instituições de ensino, capacitação permanente de profissionais, inclusão da família no processo educativo e fortalecimento da rede de atenção à saúde, garantindo continuidade, qualidade e eficácia das ações preventivas.

Agradecimentos

A equipe agradece primeiramente a Deus, por ter concedido discernimento e sabedoria para a realização deste trabalho. Agradecemos também aos docentes que contribuíram para a construção do artigo, oferecendo comentários e reflexões pertinentes que possibilitaram a melhora significativa do grupo. Ademais, agradecemos à instituição pela oportunidade e pelo suporte fornecido para a realização deste estudo.

References

[1] WHO. World Health Organization. Adolescent sexual and reproductive health. Geneva: WHO, 2023.

[2] Organização Mundial Da Saúde (OMS). Comprehensive sexuality education — Perguntas e respostas. Genebra: WHO, 18 maio 2023.

[3] Spindola, Thelma, et al. "Produção de conhecimento acerca das doenças sexualmente transmissíveis na população jovem: pesquisa bibliométrica." Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online 7.3 (2015): 3037-3049.

[4] Aquino, Estela ML, et al. "Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais." Cadernos de Saúde Pública 19.suppl 2 (2003): S377-S388.

[5] Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens. Brasília, 2010.

[6] Fortalece PSE. Saúde sexual e reprodutiva é tema prioritário do Programa Saúde na Escola para o ciclo 2025-2026. Fortalece PSE, 5 set. 2025.

[7] Brasil. Ministério da Saúde. Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

[8] Brasil. Ministério da Saúde. Caminhos para a construção de uma educação sexual transformadora. Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

[9] Organização Mundial Da Saúde (OMS). Orientações sobre educação sexual abrangente. Genebra, 2020.

[10] Cherobini, Marcia Dal Bem, et al. "EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA A PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: REVISÃO INTEGRATIVA." RECIEN: Revista Científica de Enfermagem 12.40 (2022).

[11] Silva, Lakmali M., et al. "Fibrin is a critical regulator of neutrophil effector function at the oral mucosal barrier." Science 374.6575 (2021): eabl5450.

[12] Brasil. Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). Brasília: IBGE/MS, 2017.

[13] WHO Recommendations on Adolescent Sexual and Reproductive Health. Genebra: World Health Organization, 2023.

[14] Leal, Maria do Carmo. "Desafio do milênio: a mortalidade materna no Brasil." Cadernos de Saúde Pública 24 (2008): 1724-1724.

[15] Ferrari, Madeleine, et al. "Self-compassion moderates the perfectionism and depression link in both adolescence and adulthood." PloS one 13.2 (2018): e0192022.

[16] UNESCO. International Technical Guidance on Sexuality Education. Paris: UNESCO, 2018.

[17] IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência. Brasília: IPEA, 2021.

[18] UNFPA. Maternidade precoce e desigualdades de gênero. Brasília: UNFPA, 2019.